

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



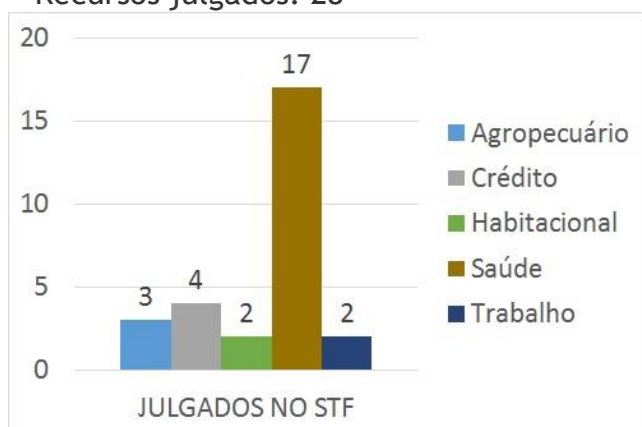
Semana: 20 a 24 de março de 2017

Números da semana:

STF:

Recursos distribuídos: 11

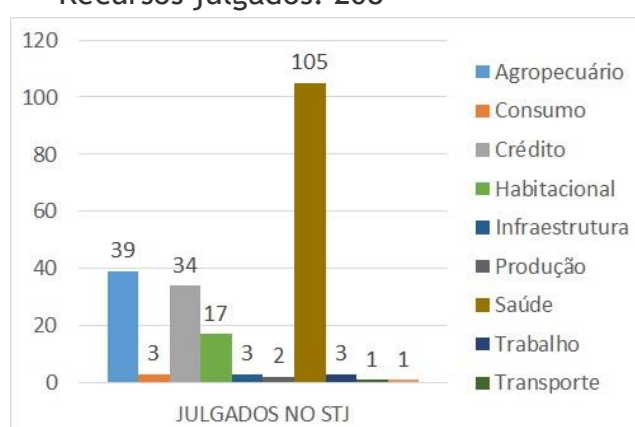
Recursos julgados: 28



STJ:

Recursos distribuídos: 112

Recursos julgados: 208



Destaque da semana



STF pauta recurso sobre constitucionalidade do Funrural e a matéria é objeto da jurisprudência temática deste mês.

Chegada a última semana do mês, o Cooperativismo nos Tribunais traz em destaque o compilado de jurisprudência temática, que nesta edição foca em um dos principais temas debatidos no Judiciário que afeta diretamente o setor rural: a contribuição previdenciária incidente sobre o resultado da comercialização da produção rural, também denominada de Funrural.

Na pauta de julgamento do Supremo Tribunal Federal prevista para o dia 29/03/2017, consta o Recurso Extraordinário nº 718.874/RS, de relatoria do Ministro Edson Fachin, que julgará o Tema 669 da Repercussão Geral: “Validade da contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, nos termos do art. 1º da Lei 10.256/2001”.

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



A matéria já foi objeto de julgamentos anteriores pelo STF, nos quais os Ministros concluíram pela inconstitucionalidade da contribuição incidente sobre a produção rural. No primeiro caso, ao julgar o RE 363.852/MG, a Suprema Corte desobrigou o frigorífico da retenção e do recolhimento da contribuição social incidente sobre a *“receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, declarando a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97, até que legislação nova, arremada na Emenda Constitucional nº 20/98, venha a instituir a contribuição”*. O recurso, no entanto, não foi julgado pela sistemática da repercussão geral.

Em 01/08/2011, o STF voltou a julgar a matéria no RE 596.177/RS, desta vez pela sistemática da repercussão no Tema 202: *“Cobrança de contribuição a ser recolhida pelo empregador rural pessoa física sobre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção”*. Contudo, o julgamento considerou apenas as alterações promovidas pela Lei 8.540/1992, não contemplando a análise das alterações legislativas posteriores (Leis 9.528/1997 e 10.256/2001).

O Sistema OCB vem atuando neste tema por meio de ações coordenadas no Conselho Jurídico do Instituto Pensar Agropecuária - IPA, que desde o último ano vem atuando junto ao STF para que os recursos reunissem condições de julgamento.

Deste modo, com o objetivo de atualizar o andamento da matéria e criar um banco de jurisprudência sobre a mesma, a seção Destaque da Semana traz um compilado de julgados sobre o Funrural, que está sendo alvo de decisões pelos diversos Tribunais pátrios.

Para acessar a ementa das decisões, basta clicar [aqui](#).

Principais decisões



Superior Tribunal de Justiça

Assunto: Impossibilidade de extinção de ação que busque a declaração da insolvência civil por inexistência de bens em nome do devedor.



Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INSOLVÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE BENS DO DEVEDOR. INTERESSE REMANESCENTE DOS CREDORES E DO DEVEDOR.

1. A jurisprudência desta Corte Superior entende ser lícita e juridicamente possível a declaração de insolvência do devedor que não possui bens a compor a massa insolvente.
2. Com efeito, eventual sentença declaratória de insolvência, além de salvaguardar o interesse dos credores à garantia atual e futura dos créditos, mediante a indisponibilidade dos bens do obrigado, protege também o interesse do devedor, mormente porque obterá, ao final do procedimento, a extinção das obrigações contraídas.
3. Recurso especial provido.

(REsp 1.260.245 - RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 22/03/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Assunto: Impossibilidade de responsabilização de cooperativa de crédito em pleito indenizatório, pela devolução de cheque emitido pelo próprio cooperado, sem provisão de fundos.



CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EMISSÃO DE CHEQUE SEM PROVISÃO DE FUNDO PELO CORRENTISTA. DEVER DE INDENIZAR. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA. PRECEDENTES. DECISÃO RECORRIDA EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1.544.608 - SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 23/03/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



Assunto: Ausência de direito a manutenção no plano de saúde coletivo nas mesmas condições anteriores ao seu desligamento da empresa quando não realizado o pagamento do prêmio ou mensalidade, mas apenas da parcela da coparticipação.



Trata-se de recurso especial interposto por MEDICAL COOPERATIVA ASSISTENCIAL DE LIMEIRA, com fulcro no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido em sede de apelação. O aresto impugnado encontra-se assim ementado (fls. 179/189, e-STJ):

Ação declaratória de obrigação de fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela - Requerida que é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que tem como escopo a permanência do empregado no plano de saúde - Legitimidade do titular para requerer a manutenção no plano de saúde de seus dependentes - Direito do empregado demitido de ser mantido nas mesmas condições assistenciais do plano vigente no contrato de trabalho Inteligência dos Artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98 Garantia de continuidade do contrato em idênticas condições de assistência Irrelevância da ocorrência de coparticipação no pagamento do valor do plano durante parte do período em que o autor estava empregado - Pagamento integral do plano pelo ex-empregador que não afasta o direito à prorrogação do contrato Sentença de procedência Manutenção Recurso não provido.

Nas razões do especial (fls. 192/203, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, a recorrente apontou violação aos artigos 267, inciso VI, do CPC/73; 30 e 31, da Lei nº 9.656/98; e 458, § 2º, inciso IV, da CLT.

Sustentou, em síntese, que: a) o autor/recorrido é carecedor da ação por não preencher os requisitos legais para manter-se no plano de saúde; b) o recorrido jamais contribuiu com o pagamento do prêmio securitário; b) a coparticipação cobrada como fator de moderação na utilização do seguro não configura a contribuição exigida pela lei; c) o seguro saúde empresarial não se caracteriza como salário. Contrarrazões às fls. 220/227 (e-STJ). Juízo positivo de admissibilidade às fls. 233/235 (e-STJ). É o relatório. Decido. A irresignação merece prosperar.

[...]

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



2. Cinge-se a controvérsia recursal quanto ao direito de ex-empregado aposentado de ser mantido no plano de saúde coletivo nas mesmas condições anteriores ao seu desligamento da empresa estipulante, ainda que não tenha contribuído com o pagamento do prêmio securitário. Em contraste com o entendimento da recorrente, o Tribunal de origem entendeu que o segurado possui direito à manutenção no plano de saúde empresarial, mesmo sem ter contribuído diretamente, com base na seguinte fundamentação (fl. 186, e-STJ):

[...]

Assim sendo, de acordo com a jurisprudência recente desta Corte Superior, e considerando - conforme consignou-se no acórdão recorrido - que a parte autora não contribuiu diretamente com o custeio do plano de saúde, isto é, não realizou pagamento de prêmio ou mensalidade do mesmo, tem-se que não lhe assiste direito à manutenção no seguro saúde nas mesmas condições anteriores ao desligamento da empresa estipulante.

Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

(RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.558 - SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, quarta TURMA, DJe 20/03/2017)

Clique e acesse
a decisão na íntegra



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Não caracterização do dever de indenizar usuária de serviço de transporte quando não demonstrado o nexo de causalidade entre o dano sofrido e a atuação da cooperativa.



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ACIDENTE. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA AUTORA. NÃO COMPROVAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



1. Para que surja a obrigação de reparação do dano, mister a demonstração da conduta e o nexo de causalidade entre aquele e o dano suportado pela ofendida. Se, porém, a autora não desincumbiu do ônus de demonstrar o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC, o pedido de reparação de danos não pode ser acolhido.

2. Apelo não provido.

(TJDFT, Acórdão n.1004515, 20130111701194APC, Relator: ARNOLDO CAMANHO 4ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 15/03/2017, Publicado no DJE: 22/03/2017. Pág.: 659/671)

Assunto: Legalidade da negativa, pelo plano de saúde, de custeio de tratamento indicado por médico, ante a preexistência da doença e a eletividade do procedimento.



APELAÇÃO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - GASTROPLASTIA PARA OBESIDADE POR VIDEOLAPAROSCOPIA - DOENÇA PREEXISTENTE - PERÍODO DE CARÊNCIA (24 MESES) - DESCUMPRIMENTO - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NÃO CONFIGURADAS - CARÁTER ELETIVO DO TRATAMENTO - RECUSA DA OPERADORA - AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO - RECURSO PROVIDO.

Demonstrada a previsão contratual de período de carência de 24 meses para doenças preexistentes e o caráter eletivo do tratamento indicado pelo médico (gastroplastia para obesidade por videolaparoscopia), a negativa do plano de saúde em custear o procedimento está revestida de legalidade, sobretudo porque não identificada situação de urgência ou emergência a autorizar a aplicação da exceção a que se referem os artigos 12, V, 'c', e 35-C, da Lei n. 9.656/98.

(TJMT, Ap 20774/2017, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 22/03/2017, Publicado no DJE 24/03/2017)

Assunto: Legalidade da inscrição em cadastros restritivos de crédito quando comprovada a contratação de serviços de crédito e demonstrada a mora.



Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - ARTIGO 267, INCISO V DO CPC/73 - COISA JULGADA - INEXISTÊNCIA - COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA - DÍVIDA EXISTENTE - DANOS MORAIS - NÃO CONFIGURAÇÃO - LEGALIDADE DA INSCRIÇÃO - AÇÃO IMPROCEDENTE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não há configuração da coisa julgada se, apesar da identidade de partes, pedido e relação jurídica, a causa de pedir entre as demandas é distinta, por tratar-se de fato novo, decorrente da mesma relação contratual.

Comprovando a parte ré a existência da relação jurídica, mediante a juntada de documentos que demonstram a contratação dos serviços bancários de crédito e sendo a mora demonstrada, age no exercício regular do direito o credor que inscreve a dívida nos cadastros restritivos de crédito, não configurando dano moral a sua atitude e, por consequência, afastando a pretensão indenizatória. -

(TJMT, Ap 129710/2016, DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 15/03/2017, Publicado no DJE 23/03/2017)

Assunto: Licitude da recusa pela operadora de plano de saúde durante a carência contratual, ante a preexistência da obesidade e a inexistência de urgência/emergência do procedimento.



PLANO DE SAÚDE - OBRIGAÇÃO DE FAZER - CIRURGIA BARIÁTRICA - OBESIDADE PREEXISTENTE CONSTATADA NAS DECLARAÇÕES - CARÊNCIA - PEDIDO DE COBERTURA ANTES DE ESCOADO O PRAZO - RECUSA DA OPERADORA - CARÁTER ELETIVO - AUSÊNCIA DE ILÍCITO - SENTENÇA REFORMADA - SUCUMBÊNCIA INVERTIDA - RECURSO PROVIDO.

Constatada a obesidade mórbida nas declarações da contratante e estipulada a carência de 24 meses, inexistindo urgência ou emergência no procedimento, declarada no pedido de internação, não há que se falar em rompimento do prazo ou na ilicitude da recusa pela operadora de plano de saúde.

Uma vez reformada a sentença, inexistindo ilícito da operadora, não há que se falar em indenização por dano moral.

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



(TJMT, Ap 174368/2016, DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 15/03/2017, Publicado no DJE 21/03/2017)

Assunto: Legalidade da cláusula de coparticipação do consumidor no pagamento de despesas médicas após trinta dias de internação, quando expressamente informada e contratada.



AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO C/C DECLARATÓRIA DE NULIDADE - PLANO DE SAÚDE - INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA - PREVISÃO CONTRATUAL DO PAGAMENTO DE COPARTICIPAÇÃO NO PERCENTUAL DE 50% DAS DESPESAS, NOS CASOS DE INTERNAÇÃO EM PERÍODO SUPERIOR A 30 DIAS - LEGALIDADE - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. 1. Controvérsia centrada na discussão sobre a legalidade da cláusula contratual que prevê a coparticipação do consumidor no pagamento das despesas após o período de trinta (30) dias de internação para tratamento psiquiátrico. 2. Não é abusiva a cláusula contratual que prevê o pagamento de coparticipação em plano de saúde, desde que expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação psiquiátrica superior a trinta (30) dias, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a verdadeira gestão de custos do contrato de plano de saúde. 3. No âmbito recursal, os honorários deverão ser majorados se a parte que deu causa à demanda recursal for sucumbente (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/15). 4. Apelação conhecida e não provida.

(TJMS. Apelação n. 0845043-60.2013.8.12.0001, Campo Grande, 2ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Paulo Alberto de Oliveira, j: 22/03/2017, p: 23/03/2017)

Assunto: Legalidade da cláusula contratual de exclusão do tratamento por home care, sob pena de enriquecimento ilícito do paciente.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA DE URGÊNCIA - INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE) - PLANO DE SAÚDE - FALTA DE PREVISÃO CONTRATUAL - DISCRICIONARIEDADE DO CONSUMIDOR AO EXPRESSAMENTE NÃO CONTRATAR O SERVIÇO VISANDO CONTRAPRESTAÇÃO FINANCEIRA REDUZIDA - OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE QUE EXERCE ATIVIDADE ECONÔMICA - PERIGO DE INVIABILIDADE DA ATIVIDADE - MULTA DIÁRIA REVOGADA -

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



DECISÃO REFORMADA - COM O PARECER DA PGJ - TUTELA REVOGADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJMS. Agravo de Instrumento n. 1414396-31.2016.8.12.0000, Itaporã, 5ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, j: 21/03/2017, p: 22/03/2017)

Assunto: Validade de procedimento administrativo disciplinar e consequente aplicação de suspensão ao médico cooperado quando haja indícios de infração e previsão regimental, desde que assegurado direito de defesa.



APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR. PERDA OBJETO. AFASTADA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR COM IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADES. IRREGULARIDADES NOS PROCEDIMENTOS COBRADOS PELO MÉDICO COOPERADO. VIOLAÇÃO AO REGIMENTO INTERNO CARACTERIZADA. INDENIZAÇÃO NÃO DEVIDA. RECURSO IMPROVIDO.

1. DA PRELIMINAR.

1.1 Não parece prosperar a preliminar de perda do objeto da ação em virtude da renovação do contrato de prestação de serviços. Isso porque, a mencionada renovação contratual se deu após transcorrido o período de suspensão aplicada ao recorrente.

2. DO MÉRITO.

2.1. O cerne no presente recurso cinge-se à análise da regularidade do procedimento administrativo disciplinar que apurou a infração contratual e aplicou a sanção de suspensão de 120 (cento e vinte) dias ao médico cooperado.

2.2 Com efeito, não se verifica do procedimento processado quaisquer irregularidades, vez que além de ter havido justificativas para a instauração do procedimento contra o recorrente, foi-lhe assegurado a defesa no processo, e a pena de suspensão aplicada, resta expressamente prevista no Regimento Interno.

2.3. No que toca à alegada confusão entre a pessoa jurídica da clínica e o médico, conforme bem ressaltado na decisão vergastada, o autor foi punido não por ser sócio-gerente da clínica investigada, mas por não ter cumprido suas obrigações de cooperados previstas no Estatuto Social da Unimed.

3. Recurso conhecido e improvido.

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



(TJCE, 0027934-15.2005.8.06.0001 - Apelação, Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 2ª Câmara Direito Privado; Data do julgamento: 22/03/2017; Data de registro: 22/03/2017)

Assunto: Ilegalidade da exigência de material específico por médico, quando a operadora já cumpre com sua obrigação de fornecer material capaz de suprir a necessidade da paciente.



CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATA COM LENTE NACIONAL, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA LENTE IMPORTADA PARA O SUCESSO DO PROCEDIMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA. RECURSO PROVIDO. EMENTA: CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. PLANO DE SAÚDE. AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE CATARATA COM LENTE NACIONAL, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA LENTE IMPORTADA PARA O SUCESSO DO PROCEDIMENTO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO DEFERIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO MANTIDA. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO.

(TJRN, Agravo de Instrumento Com Suspensividade nº 2016.017566-7, Relator(a): Des. Ibanez Monteiro; Comarca: Natal; Órgão julgador: 2ª Câmara Cível; Data do julgamento: 21/03/2017)

Assunto: Obrigatoriedade de indicação dos cálculos e valor considerado correto para afastar o não conhecimento de embargos fundados em excesso de execução.



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. PRETENSÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. EXCESSO DE EXECUÇÃO. INICIAL DESACOMPANHADA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. REJEIÇÃO. Não obstante o fato de ser possível a revisão contratual por meio de embargos à execução, no caso em liça, a pretensão revisional esposada pela embargante, amolda-se à alegação de excesso de execução. Ocorre que, mesmo aduzindo a abusividade de previsões contratuais, deveria a embargante ter instruído a petição

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



inicial dos embargos com memória de cálculo, declarando os valores que entendem corretos, de modo que, não o fazendo, resta descumprida a exigência do artigo 739-A, §5º, do Código de Processo Civil de 1973, vigente na época do ajuizamento do feito (cuja redação, basicamente, resta reproduzida na novel legislação processual civil - artigo 917, §§ 3º e 4º), o que impõe a rejeição dos embargos à execução. Sentença mantida. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70071692545, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Comarca: Encantado, Órgão julgador: Décima Segunda Câmara Cível, Data de julgamento: 16/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Não cabimento de ação de prestação de contas movida com a pretensão de revisão contratual, notadamente para discutir encargos financeiros.



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. CONTAS HOLOGADAS PELO JULGADOR A QUO. PRELIMINARES DE NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO DE SALDO NA SENTENÇA E DE JULGAMENTO CITRA PETITA REJEITADAS. A impugnação da parte ora recorrente cinge-se à ilegalidade dos encargos discriminados nos extratos bancários acostados pela instituição financeira ré. Apresenta valores a serem restituídos, tendo por base a sedizente ilegalidade dos encargos e serviços. Entretanto, não é possível a revisão de encargos contratuais por meio da ação de prestação de contas. Precedentes. Pedidos revisionais de limitação de juros, exclusão de capitalização e devolução de taxas e tarifas não conhecidos, pois além de não ser esta a via apropriada, trata-se de inovação recursal. Condenação do autor ao pagamento do ônus da sucumbência mantida, pois foram homologadas as contas prestadas pela instituição financeira. PRELIMINARES SUSCITADAS PELO APELANTE REJEITADAS; ACOLHIDA A PRELIMINAR CONTRARRECURSAL DE NÃO CONHECIMENTO, EM PARTE, DO APELO. NA PARTE CONHECIDA, IMPROVIDA A APELAÇÃO.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70071750327, Relator: Guinther Spode, Comarca: Santo Cristo, Órgão julgador: Décima Segunda Câmara Cível, Data de julgamento: 16/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Prevalência da penhorabilidade do bem para a satisfação dos credores pela não demonstração da indispensabilidade do automóvel para o exercício profissional.



Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO VEÍCULO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL. INDISPENSABILIDADE NÃO DEMONSTRADA. MERO FACILITADOR. Malgrado a alegação de que o automóvel é utilizado para a entrega das mercadorias comercializadas no minimercado pertencente ao devedor, o veículo, em si, não constitui a própria ferramenta de trabalho, sendo mero facilitador para o transporte de mercadorias. Não sendo demonstrada a indispensabilidade do automóvel para o exercício profissional, prevalece a penhorabilidade do bem para a satisfação dos credores. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072064025, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Comarca: Três de Maio, Órgão julgador: Décima Segunda Câmara Cível, Data de julgamento: 16/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Possibilidade de penhora e/ou alienação de imóvel gravado com cláusula de usufruto vitalício por não haver óbice à restrição da sua propriedade, desde que resguardados os direitos do usufrutuário.



APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE. INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO. PRESCRIÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. IMPENHORABILIDADE DO BEM. A fundamentação sucinta não pode ser confundida com ausência de fundamentação, sendo o caso de rejeitar a preliminar de nulidade. Ademais, eventual omissão havida na sentença é passível de ser sanada por este tribunal, nos termos do art. 1013, §3º, III, do CPC. Reconhecida a tempestividade da impugnação, uma vez que remetida aos autos, via fax, dentro do prazo, sendo substituída pela original no prazo legal. Tratando-se de execução de instrumento particular de confissão de dívida a prescrição aplicável é a quinquenal, prevista no art. 206, §5º, I, do Código Civil. Vencidas as parcelas da dívida em 30/04/2006 e 30/04/2007 e ajuizada a demanda executiva em 23/07/2007 não implementado o prazo prescricional. Por outro lado, não havendo como atribuir ao exequente a demora na citação do executado, incidente no caso o previsto no art. 240, 1º, do CPC, não havendo falar em prescrição intercorrente. Excesso de execução não demonstrado pelo embargante, ônus que lhe cabia. Ausente prova da impenhorabilidade do bem penhorado, nem tampouco de que este esteja gravado com cláusula de usufruto vitalício. De toda a forma, mesmo que assim não fosse, o usufruto não torna o bem impenhorável e/ou inalienável, desde que respeitados os direitos do usufrutuário. Honorários sucumbenciais majorados nos termos do §11, do art. 85, do CPC. PRELIMINAR REJEITADA. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



(TJRS, Apelação Cível Nº 70071838239, Relator: Pedro Luiz Pozza, Comarca: Itaqui, Órgão julgador: Décima Segunda Câmara Cível, Data de julgamento: 16/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Descaracterização de dano moral indenizável pela inércia do devedor em evitar a tempo a penhora do veículo, diante da falta de comunicação, ao juízo, da realização de acordo.



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. Dano moral não verificado. Hipótese em que o autor contribuiu para o prosseguimento do cumprimento de sentença ao não comunicar ao juízo da realização de acordo, assim como em que evitada a tempo a penhora de seu veículo. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70072538416, Relator: Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Comarca: Alegrete, Órgão julgador: Décima Primeira Câmara Cível, Data de julgamento: 15/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Legalidade da penhora quando não demonstrada a condição de ser o imóvel o único bem utilizado com a finalidade residencial.



AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BEM IMÓVEL. Nos termos da Lei nº 8.009/90, para que seja reconhecida a impenhorabilidade do bem de família necessária a demonstração de que o imóvel penhorado é o único utilizado pela entidade familiar para moradia. No caso concreto, o agravado não trouxe aos autos prova cabal acerca de ser o imóvel penhorado o único e que estaria sendo utilizado para a residência familiar. Precedente jurisprudencial desta Corte. DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70072124837, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Comarca: Ibirubá, Órgão julgador: Vigésima Câmara Cível, Data de julgamento: 15/03/2017, Data de publicação: 23/03/2017)

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



Assunto: Legalidade do prazo quinquenal para ensejar a prescrição da pretensão de cobrança de Cédula de Produto Rural, tendo como termo inicial o vencimento da obrigação.



AGROPECUÁRIO

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. PRESCRIÇÃO NÃO IMPLEMENTADA. O prazo prescricional à pretensão de cobrança de Cédula de Produto Rural é o quinquenal, nos termos do artigo 206, §5º, I do CC/2002, tendo como termo inicial o vencimento da obrigação. Precedentes do STJ e desta Corte. Demonstrada a existência da dívida representada pela cédula de produto rural, incumbia aos devedores o ônus de comprovar terem efetuado o pagamento do débito, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015, o que não ocorreu no caso concreto. Sentença de procedência mantida. NEGARAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME.

(TJRS, Apelação Cível Nº 70071471668, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Comarca: Santo Ângelo, Órgão julgador: Vigésima Câmara Cível, Data de julgamento: 15/03/2017, Data de publicação: 23/03/2017)

Assunto: Possibilidade da penhora sobre os proventos do devedor no montante de 30% do vencimento líquido mensal, após abatidos os descontos legais obrigatórios.



CRÉDITO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO MONITÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA. PROVENTOS. MEDIDA EXCEPCIONAL. POSSIBILIDADE. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DE CONSIGNAÇÃO EM CONTA CORRENTE OU FOLHA DE PAGAMENTO. OBSERVÂNCIA DA MARGEM CONSIGNÁVEL. NECESSIDADE. MATÉRIA DE FATO. CASO CONCRETO. Conquanto o valor executado não provenha de verba com natureza alimentar, impõe-se excepcionar a regra contido no art. 833 do CPC/15, se, no contrato de empréstimo, o consumidor expressamente renunciou ao benefício da impenhorabilidade dos seus proventos, autorizando consignação em conta corrente ou folha de pagamento. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70071845069, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Comarca: Gramado, Órgão julgador: Décima Quinta Câmara Cível, Data de julgamento: 08/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



Assunto: Possibilidade de constrição do patrimônio de empresa individual por dívida contraída por seu titular pessoa física, sem necessidade de instauração de incidente de desconsideração de personalidade jurídica.



AGROPECUÁRIO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA. PEDIDO DE INCLUSÃO NO POLO PASSIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DO EXECUTADO. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL PELO DÉBITO. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ JÁ SE POSICIONOU NO SENTIDO DE QUE A EMPRESA INDIVIDUAL É MERA FICÇÃO JURÍDICA, CRIADA PARA HABILITAR A PESSOA NATURAL A PRATICAR ATOS COMERCIAIS COM VANTAGENS DO PONTO DE VISTA FISCAL. ASSIM, O PATRIMÔNIO DE UMA EMPRESA INDIVIDUAL SE ALINHA COM O DE SEU SÓCIO, DE MODO QUE NÃO HÁ ILEGITIMIDADE ATIVA NA COBRANÇA, PELA PESSOA FÍSICA, DE DÍVIDA CONTRAÍDA POR TERCEIRO PERANTE A PESSOA JURÍDICA, OU VICE-VERSA, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR NOS REQUISITOS DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA, PREVISTOS NOS ARTS. 133 A 137 DO CPC/15 E ART. 50 DO CCB. PEDIDO DE PENHORA SOBRE CREDITOS ORIUNDOS DE ARREIMATE DE EQUINOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA VEROSSÍMIL SOBRE A PROPRIEDADE DOS EQUINOS. SENDO INADMISSÍVEL CONSTRIÇÃO QUE PREJUDIQUE TERCEIROS. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

(TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70071993208, Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Comarca: Ijuí, Órgão julgador: Décima Quinta Câmara Cível, Data de julgamento: 08/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Reconhecimento da responsabilidade solidária entre avalistas e devedor originário por todos os encargos inerentes ao não pagamento do débito na data aprezada em cédula de crédito bancário.



CRÉDITO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. ALEGAÇÃO DE O AVAL PRESTADO EM CÉDULA DE CRÉDITO RURAL É NULO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERE A EXCLUSÃO DE DADOS NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSUBSISTÊNCIA, POIS TRATA-SE DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E NÃO RURAL, TUDO DE CONFORMIDADE COM A NORMA CONSTANTE NA LEI N. 10.931/04. INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR ORIGINÁRIO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE INSCREVER OS DADOS DE TERCEIROS GARANTIDORES DA OBRIGAÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO MANTIDA,

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



PORÉM COM FUNDAMENTO EXPLICITADO NO PRESENTE ACÓRDÃO. RECUSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 0140346-36.2015.8.24.0000, rel. Des. José Maurício Lisboa Comarca: Concórdia, Órgão julgador: Câmara Especial Regional de Chapecó, Data de julgamento: 20/03/2017).

Assunto: Obrigatoriedade de indicação dos cálculos e valor considerado correto para afastar o não conhecimento de embargos fundados em excesso de execução.



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA QUE REJEITOU LIMINARMENTE OS EMBARGOS. DISCUSSÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. NECESSÁRIA APRESENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO E DA MEMÓRIA DE CÁLCULO. EXEGESE DO ART. 739-A, § 5º, DO CPC/1973. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. "Compete ao embargante declarar, na petição inicial, o valor que entende correto e apresentar a respectiva memória de cálculo quando, em embargos do devedor, deduz pedido de revisão contratual fundado na abusividade de encargos que importe em excesso de execução. Inteligência do art. 739-A, § 5º, do CPC/1973. Precedentes" [...] (STJ, EDcl no AgRg no AREsp 428.456/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10-5-2016, DJe 17-5-2016).

(TJSC, Apelação Cível n. 0000068-35.2015.8.24.0242, rel. Des. Carlos Roberto da Silva, Comarca: Ipumirim, Órgão julgador: Câmara Especial Regional de Chapecó, Data de julgamento: 20/03/2017)

Assunto: Inadequação da extinção do feito de débito objeto de renegociação e parcelamento, cabendo suspensão até o integral cumprimento do acordo.



AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES COM PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO E SUSPENSÃO DO FEITO. SENTENÇA PELA EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 269, III, CPC/73. JULGAMENTO EXTRA PETITA. SENTENÇA ANULADA.1 - No caso dos autos, foi homologado o acordo e o feito extinto. Todavia, tal decisão extrapola os limites do

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



pedido formulado nos autos e tolhe o direito do credor, eis que a dívida contratual renegociada está pendente de pagamento.2 - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR, AC - 1609367-9, Rel.: Marcelo Gobbo Dalla Dea, Comarca: Marechal Cândido Rondon, Órgão julgador: 18ª C.Cível, Data de julgamento: 08/03/2017, Data de publicação: 20/03/2017)

Assunto: Não caracterização de crime de desobediência quando o destinatário da ordem de exibição de documentos (diretor de cooperativa) este é parte na ação cautelar e não terceiro.



AGROPECUÁRIO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BUSCA E APREENSÃO INFRUTÍFERA. DILIGÊNCIA NÃO EXAURIDA. AUSÊNCIA DE EFETIVA TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA.MERA CERTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO ADVOGADO DA PARTE ADVERSA. DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS SOB PENA DE RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL DO DIRETOR DA COOPERATIVA.IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ART. 362 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SUJEIÇÃO APENAS DE TERCEIROS, QUE NÃO PARTICIPAM DO PROCESSO, À RESPONSABILIZAÇÃO POR CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO PROVIDO.

(TJPR, AI - 1479767-6, Rel.: Eduardo Sarrão, Comarca: Medianeira, Órgão julgador: 13ª C.Cível, Data de julgamento: 08/03/2017, Data de publicação: 23/03/2017)

Assunto: Possibilidade do credor, detentor título executivo, valer-se da via executiva ou da via monitória para cobrança do que lhe é devido, desde que não acarrete prejuízo à defesa do devedor.



CRÉDITO

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. DESRESPEITO PARCIAL AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DAQUILO QUE FOI DECIDIDO EM 1ª INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA.DESNECESSIDADE DE DESPACHO SANEADOR OU DE DESPACHO PRÉVIO ANUNCIAMENTO O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROCESSO DEVIDAMENTE INSTRUÍDO E PRONTO PARA JULGAMENTO. CARÊNCIA DA AÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DO CREDOR, DETENTOR DE TÍTULO EXECUTIVO, A SEU CRITÉRIO, VALER-SE DA VIA EXECUTIVA OU DA VIA

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



MONITÓRIA.CONTRATO DE ADESÃO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS.INEXISTÊNCIA DE PRÉ-LIMITAÇÃO LEGAL OU CONTRATUAL. TAXAS DEVIDAMENTE PACTUADAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.AUTORIZAÇÃO CONTRATUAL E LEGAL.AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.RELATÓRIO

(TJPR, AC - 1597112-1, Rel.: Luiz Henrique Miranda, Comarca: Ivaiporã, Órgão julgador: 13ª C.Cível, Data de julgamento: 22/02/2017, Data de publicação: 24/03/2017)

Assunto: Possibilidade de constrição judicial no patrimônio de cônjuge de avalista, por dívida de empresa do qual este faz parte, pela presunção não elidida de que a dívida se reverteu em proveito da família.



APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE TERCEIRO - DEFESA DA MEAÇÃO - AVAL PRESTADO PELO MARIDO À SOCIEDADE DA QUAL É SÓCIO - DÍVIDA CONTRAÍDA EM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA - PRESUNÇÃO NÃO ILIDIDA - RECURSO NÃO PROVIDO.

- Em se tratando de aval dado pelo marido à sociedade empresária da qual faz parte, a jurisprudência é uníssona no sentido de aplicar a presunção de que o empréstimo tenha se revertido em proveito da família.

- Em que pese o entendimento contrário da apelante, cabia a ela demonstrar que a dívida cobrada não se reverteu em benefício do casal, o que não ocorreu.

(TJMG. Apelação Cível 1.0481.13.014877-0/001, Relator(a): Des.(a) Sérgio André da Fonseca Xavier, Comarca: Patrocínio, Órgão julgador: 18ª Câmara Cível, Data de julgamento: 21/03/2017, Data de publicação: 23/03/2017)

Assunto: Inexistência de obrigação da operadora de plano de saúde de autorizar intervenção cirúrgica por profissional de escolha da segurada não pertencente ao corpo clínico do plano de saúde, ante a oferta de médico credenciado.



PLANO DE SAÚDE - CIRURGIA PRESCRITA POR BUCO-MAXILO-FACIAL NÃO CREDENCIADO - OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE QUE AUTORIZOU O PROCEDIMENTO REALIZADO POR CIRURGIÃO CREDENCIADO EM SUA REDE HOSPITALAR - PACIENTE QUE SE VOLTA APENAS CONTRA O

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



PROFISSIONAL ELEITO PELO PLANO DE SAÚDE - DESCABIMENTO - DECISÃO MANTIDA - - RECURSO DESPROVIDO.

(TJSP, Agravo de Instrumento Nº 2153647-25.2016.8.26.0000, Relator(a): Theodureto Camargo; Comarca: São Roque; Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 20/03/2017; Data de registro: 20/03/2017)

Assunto: Licitude do reajuste aplicado por ocasião da migração entre planos coletivos com expressa opção do consumidor por plano mais oneroso.



RECURSO INOMINADO - PLANO DE SAÚDE - MIGRAÇÃO - APÓLICE COLETIVA POR ADESÃO - REAJUSTE SUPERIOR AO APLICADO AOS PLANOS INDIVIDUAIS - OFENSA A COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - RECURSOS PROVIDOS PARA RECONHECER A LEGITIMIDADE DOS REAJUSTES APLICADOS À APÓLICE DO RECORRIDO E AFASTAR A CONDENAÇÃO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS PELO RECORRIDO (REPETIÇÃO SIMPLES OU EM DOBRO).

(TJSP, Recurso nº: 1028332-11.2016.8.26.0224, Relator(a): Anderson Pestana de Abreu; Comarca: Guarulhos; Órgão julgador: 2ª Turma Cível; Data do julgamento: 15/03/2017; Data de registro: 20/03/2017)

Assunto: Inexistência de obrigação da operadora de plano de saúde não integrante do polo passivo da demanda quando indemonstrado o exercício da portabilidade extraordinária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta.



AGRAVO DE INSTRUMENTO - ERRO MÉDICO - AÇÃO PROPOSTA POR CONSUMIDOR EM FACE DO HOSPITAL E DA UNIMED PAULISTANA - TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA PARA QUE AS RÉS ARQUEM COM O TRATAMENTO DA AUTORA - DECISÃO QUE ESTENDE OS EFEITOS DA TUTELA E DETERMINA À CENTRAL UNIMED O CUMPRIMENTO DA DECISÃO LIMINAR - INCONFORMISMO DA CENTRAL UNIMED - CABIMENTO - Não configurada situação de urgência/emergência prevista no artigo 35-C da Lei 9656/98 - Ausência de notícia de eventual portabilidade extraordinária garantida pelo Termo de Ajustamento de Conduta 51.161.1023/2015 - Agravante que não integra o polo passivo

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



- Inexistência de obrigação da Central Unimed em cumprir com a obrigação imposta à Unimed Paulistana - Decisão reformada - AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

(TJSP, AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 2240087-24.2016.8.26.0000, Relator(a): Alexandre Coelho; Comarca: Atibaia; Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 20/03/2017; Data de registro: 20/03/2017)

Assunto: Legalidade da recusa por parte de operadora de plano de saúde em custear tratamento de fertilização in vitro, mediante expressa previsão contratual de exclusão de cobertura do procedimento.



AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE LIMINAR. Plano de saúde. Pleito da autora de fertilização in vitro para aumentar suas chances de engravidar, posto ter problemas de infertilidade. Impossibilidade. Sentença de improcedência que merece manutenção. Recurso não provido.

(TJSP, Apelação Cível nº 1000366-11.2016.8.26.0180, Relator(a): Fábio Quadros; Comarca: Espírito Santo do Pinhal; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 09/03/2017; Data de registro: 20/03/2017)

Assunto: Possibilidade de penhora de veículo adaptado ao portador de deficiência física, não inserto no rol dos absolutamente impenhoráveis (art. 838, NCPC).



AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPENHORABILIDADE. Penhora de veículo adaptado ao portador de deficiência física. Possibilidade. Ausência de previsão legal. Flexibilização, porém, da regra em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. Agravante que não demonstrou ser o veículo adaptado ou especial e imprescindível ao uso por deficiente físico. Possibilidade de locomoção por outros meios. Execução que se arrasta por mais de treze anos sem satisfação. Veículo de alto valor. Impenhorabilidade não configurada. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

(TJSP, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2237740-18.2016.8.26.0000, Relator(a): Afonso Bráz; Comarca: Itapeva; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 20/03/2017; Data de registro: 20/03/2017)

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



Assunto: Não incidência de prescrição intercorrente por inércia do exequente quando indemonstrado o manifesto desinteresse do titular do direito em exercer judicialmente sua pretensão.



EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - NÃO CONFIGURAÇÃO - DESÍDIA DA EXEQUENTE NÃO CONFIGURADA - MEDIDA QUE, ADEMAIS, NÃO PRESCINDE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE, NOS TERMOS DO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SENTENÇA ANULADA - PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTIVO DETERMINADO - RECURSO PROVIDO.

(TJSP, APEL.Nº: 0014995-53.2011.8.26.0577, Relator(a): Paulo Roberto de Santana; Comarca: São José dos Campos; Órgão julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 15/03/2017; Data de registro: 20/03/2017)

Assunto: Não cabimento de indenização a título de danos morais pela mera não concessão de financiamento por parte da instituição financeira.



INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. NÃO ACOLHIMENTO. Mera não concessão de financiamento que não é motivo gerador de danos morais. Apontamento questionado nos autos que tem origem em entidade cadastradora diversa da demandada. Recurso não provido.

(TJSP, Apelação nº 0001301-33.2015.8.26.0300, Relator(a): Roberto Mac Cracken; Comarca: Jardinópolis; Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 16/03/2017; Data de registro: 24/03/2017)

Assunto: Não cabimento da fluência do prazo prescricional em razão da prescrição da execução pela não localização de bens em nome do devedor.



Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



APELAÇÃO - Execução - Contratos de empréstimos garantidos por nota promissória - Processo extinto pelo reconhecimento da prescrição intercorrente - Inocorrência - Tentativas infrutíferas de localização de bens dos executados - Paralisação que não pode ser atribuída à contumácia do apelante - Suspensão do processo ante a não localização de bens com base no artigo 791, III, do CPC - Impossibilidade de fluência do prazo prescricional - Prescrição intercorrente não consumada - Sentença anulada - Recurso provido para afastar o decreto de extinção do feito e determinar o prosseguimento da ação.

(TJSP, Apelação nº 0058262-95.2004.8.26.0100, Relator(a): Irineu Fava; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 24/03/2017; Data de registro: 24/03/2017)

Assunto: Inviabilidade de presunção de sucessão entre empresas, vez que se constitui ato que deve ser formalizado, inclusive, mediante registro nos órgãos e instituições competentes.



AGROPECUÁRIO

Agravo de instrumento - Pretendida inclusão de empresa cooperativa no pólo passivo - Sucessão empresarial que nesta etapa do processo não restou suficientemente comprovada - Inviabilidade de presumir essa condição entre empresas sem elementos da verossimilhança - Possibilidade, entretanto da questão ser novamente analisada caso fatos novos - Decisão confirmada - Recurso desprovido.

(TJSP, Agravo de Instrumento nº 2186963-29.2016.8.26.0000, Relator(a): Irineu Fava; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/03/2017; Data de registro: 23/03/2017)

Assunto: Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor quando a parte não é destinatária final, mas avalista de cédula de crédito bancário.



CRÉDITO

EMBARGOS À EXECUÇÃO - Pretensão de reforma da respeitável sentença que afastou a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e manteve a multa moratória em 10% - Descabimento - Hipótese em que as disposições do Código de Defesa do Consumidor não são aplicáveis no caso em

Cooperativismo

NOS TRIBUNAIS



exame, pois a recorrente não é "destinatária final", mas avalista - RECURSO DESPROVIDO NESTA PARTE.

EMBARGOS À EXECUÇÃO - Mora - Pretensão de que sejam afastados os encargos moratórios em virtude do reconhecimento de abusividades no período de normalidade contratual - Cabimento - Hipótese em que o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual descaracteriza a mora - Precedente do STJ - RECURSO PROVIDO PARA ESTE FIM.

(TJSP, Apelação nº 1004770-18.2016.8.26.0597, Relator(a): Ana de Lourdes Coutinho Silva da Fonseca; Comarca: Sertãozinho; Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 23/03/2017; Data de registro: 23/03/2017)

Assunto: Validade da carta de fiança bancária para garantir a execução fiscal, em virtude da equiparação, pela legislação em vigor, ao dinheiro.



PENHORA - Execução fiscal - Oferta de fiança bancária- Admissibilidade conferida pela Lei nº 13.043/2014 ao inciso II do art. 9º da Lei 6.830/1980 - Modalidade de garantia que se equipara a dinheiro - Recusa injustificada da credora - Precedentes desta Câmara e do STJ - Hipótese em que já foi determinada e efetivada a substituição da garantia com prazo de vigência renovado - Decisão reformada, para acatar a oferta - Recurso provido.

(TJSP, Agravo de Instrumento nº 2108840-17.2016.8.26.0000, Relator(a): Fortes Muniz; Comarca: Valinhos; Órgão julgador: 15ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 22/03/2017; Data de registro: 22/03/2017)

Pautas de Julgamento



36 processos pautados nos Tribunais Superiores.



14 recursos no STJ

01 recurso no STF



04 recursos no STJ

02 recursos no STF

Cooperativismo NOS TRIBUNAIS



AGROPECUÁRIO

10 recursos no STJ



HABITACIONAL

02 recursos no STJ



PRODUÇÃO

02 recursos no STJ



INFRAESTRUTURA

01 recurso no STJ

Clique e acesse a pauta
completa no STJ



Clique e acesse a pauta
completa no STF



Elaborado pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

61 3217-2136 - www.brasilcooperativo.coop.br

coop
Cooperativas
fazem o mundo
melhor

Sistema OCB
CNCODP - OCB - SESCOOP

[Caso não consiga visualizar o e-mail, acesse este link.](#)

[Caso não deseje mais receber nossos e-mails, por favor clique nesse link.](#)